



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Administrativa**



Prova Cargo A01, Tipo 5  
000000000000000000  
00001-001-005

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém o tema da Redação e espaço destinado ao rascunho.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.
- transcrever a Redação no Caderno de Respostas, no espaço a ela destinado.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da Redação será considerado na correção.
- Não será permitido o uso de quaisquer outras folhas de papel para rascunho da Redação.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas, bem como para elaborar a Redação e transcrevê-la para o Caderno de Resposta correspondente.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno de Resposta da Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Setembro/2004  
050405

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Instruções:** Para responder às questões de números 1 a 6 considere o texto abaixo.

1 A expressão “indústria da cultura” foi provavelmente utilizada pela primeira vez no livro **Dialética do Iluminismo** que Horkheimer e eu publicamos em Amsterdan, em 1947. Nas versões iniciais, falava-se de “cultura de massas”.

5 Substituímos esta expressão por “indústria da cultura”, a fim de excluir, logo de início, a interpretação que convém aos advogados daquela, ou seja, que se trataria de qualquer coisa como uma cultura que surge espontaneamente das próprias massas, a forma contemporânea da arte popular.

10 A indústria da cultura encontra-se nos antípodas de tal concepção. Ela reorganiza o que há muito se tornou um hábito, dotando-o de uma nova qualidade. Em todos os setores, os produtos são fabricados mais ou menos segundo um plano, talhados para o consumo das massas e, em larga medida, determinando eles próprios esse consumo. Os setores individuais assemelham-se quanto à estrutura ou, pelo menos, articulam-se entre si. Integram-se no sistema de forma ordenada e praticamente sem falhas, processo que fica a dever tanto aos recursos atuais da

20 tecnologia como à concentração econômica e administrativa. A indústria da cultura é a integração propositada de seus consumidores, a partir de cima. Ela impõe igualmente a junção do domínio específico da arte maior e o da arte menor, domínios que estiveram separados durante séculos.

25 Junção que é desvantajosa para ambos. A seriedade da arte maior perece na especulação sobre os efeitos que produz; a coação civilizacional destrói, por seu turno, o elemento de resistência rebelde que era inerente à arte menor quando o controle da sociedade não era ainda total.

30 Se bem que a especulação da indústria da cultura acerca do estado de consciência ou inconsciência dos milhões de pessoas a quem se dirige seja um fato incontestável, as massas não representam uma realidade primária, mas constituem-se antes como objeto secundário e calculado,

35 um apêndice da engrenagem. O cliente não é rei, como a indústria da cultura gostaria de fazer crer; não é o seu sujeito, mas sim o objeto.

(Adaptado de ADORNO, Theodor W. Breves considerações acerca da indústria da cultura. In: **Sobre a indústria da cultura**. Coimbra: Ângelus Novus, 2003, p. 97-8)

1. Nas linha iniciais do texto,
  - (A) o cotejo estabelecido pela palavra *como* (8ª linha) esclarece a distinção entre “cultura de massas” e “forma contemporânea da arte popular”, tal como proposta pelos defensores da primeira expressão.
  - (B) está expressa a idéia de que a substituição feita pelos autores não se deu pela revisão da natureza do fenômeno designado, mas para não favorecer certo tipo de leitura do fato.
  - (C) o livro de Horkheimer foi citado como comprovação da idéia cabalmente estabelecida de que a expressão “indústria da cultura” é inovadora.
  - (D) é apresentado de maneira assertiva o fato de que outros autores que antecederam a **Dialética** faziam uso da expressão “cultura de massas”, opondo-a a “indústria da cultura”.
  - (E) a palavra *que* (7ª linha), que introduz o segmento *se trataria de qualquer coisa (...) da arte popular*, tem como antecedente o pronome *daquela*.
2. A frase *A indústria da cultura encontra-se nos antípodas de tal concepção*, no contexto, deve ser entendida da seguinte maneira:
  - (A) a interpretação que o autor do texto propõe como correta para a expressão “indústria da cultura” contrapõe-se à idéia de que existe uma forma contemporânea de arte popular.
  - (B) “cultura de massas” e “forma contemporânea da arte” são manifestações que, embora em extremidades opostas, não apresentam a contradição que o autor vê na aproximação dos termos “indústria” e “da cultura”.
  - (C) o modo como a indústria cultural se estrutura na contemporaneidade opõe-se diametralmente ao modo espontâneo como as massas se expressavam anteriormente.
  - (D) a concepção de que a cultura de massas é qualquer coisa que implique manifestação de arte reverte o sentido que se dava à expressão, sendo-lhe acrescentada a qualidade de “popular”.
  - (E) o modo como o autor do texto compreende a indústria da cultura é incompatível com o entendimento de que ela se constitui de manifestações espontâneas das massas.

3. *Integram-se no sistema de forma ordenada e praticamente sem falhas, processo que fica a dever tanto aos recursos atuais da tecnologia como à concentração econômica e administrativa. A indústria da cultura é a integração propositada de seus consumidores, a partir de cima. Ela impõe igualmente a junção do domínio específico da arte maior e o da arte menor, domínios que estiveram separados durante séculos. Junção que é desvantajosa para ambos. A seriedade da arte maior perece na especulação sobre os efeitos que produz; a coação civilizacional destrói, por seu turno, o elemento de resistência rebelde que era inerente à arte menor quando o controle da sociedade não era ainda total.*

Considerando o fragmento acima, e o contexto, assinale a única afirmação INCORRETA.

- (A) No fragmento está pressuposto que, em tempos de indústria cultural, o controle da sociedade é completo.
- (B) No fragmento, está subentendida a idéia de que, sob certas condições, a *resistência rebelde* é elemento intrínseco à *arte menor*.
- (C) Uma possível redação para o segmento grifado, totalmente adequada à norma da gramática prescritiva, seria: “processo que fica em débito quer com os recursos atuais da tecnologia, quer com a concentração econômica e administrativa”.
- (D) A expressão *a partir de cima*, associada a *fabricados mais ou menos segundo um plano*, contribui para a construção do sentido de que a indústria cultural não contempla a espontaneidade das massas.
- (E) O segmento *na especulação sobre os efeitos que produz* expressa noção de processo.

4. *Se bem que a especulação da indústria da cultura acerca do estado de consciência ou inconsciência dos milhões de pessoas a quem se dirige seja um fato incontestável, as massas não representam uma realidade primária, mas constituem-se antes como objeto secundário e calculado, um apêndice da engrenagem.*

No período acima transcrito,

- (A) a palavra *como* tem idêntica natureza e função de *como* encontrado na frase: “As ciências modernas, como a medicina, evoluem rapidamente hoje em dia.”
- (B) se a palavra *antes* fosse deslocada, a nova sequência “mas constituem-se como objeto secundário e calculado, antes, um apêndice da engrenagem” preservaria o sentido original.
- (C) *se bem que* equivale a “tanto que”.
- (D) se houvesse uma vírgula depois de *se bem que*, não haveria prejuízo da norma padrão.
- (E) o emprego da palavra *antes* reforça a idéia de eliminação do que acaba de ser anunciado no primeiro membro coordenado, realizada pelo emprego da conjunção *mas*.

5. *Ela reorganiza o que há muito se tornou hábito, dotando-o de uma nova qualidade.*

Considerada a frase acima, é correto afirmar:

- (A) *dotando-o de* equivale a “se lhe favorece com”.
- (B) se fosse colocada uma vírgula depois da expressão *há muito*, a frase estaria também pontuada de acordo com norma padrão da língua escrita.
- (C) o prefixo que entra na composição de *reorganizar* tem o mesmo valor que o encontrado em “regredir”.
- (D) o pronome relativo *que* (o *que há*) se refere ao antecedente *o* (o *que há*).
- (E) o pronome *o* (o *que há*) é da mesma natureza do encontrado em *dotando-o*.

6. *O cliente não é rei, como a indústria da cultura gostaria de fazer crer; não é o seu sujeito, mas sim o objeto.*

Levando em conta o contexto, considere as afirmações que seguem sobre o autor e seus procedimentos na frase acima.

- I. Fazendo uso de linguagem conotativa, expressa sua opinião acerca do lugar que o cliente verdadeiramente ocupa no contexto da indústria cultural.
- II. Recorrendo a frase hipotética, explícita, pelo deslocamento da posição do cliente, o que lhe parece ser a relação entre “aquilo que é” e “aquilo que se deseja fazer parecer que é”.
- III. Estabelecendo uma comparação – articulada pelos elementos grifados na frase acima – evidencia que o cliente não constitui preocupação da indústria cultural, embora esta indústria tente criar a ilusão de que a produção é ditada pela expectativa das massas.

É correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

7. A frase em que são levadas em conta as normas de concordância previstas pela gramática normativa é:

- (A) Tudo indica que deve existirem técnicas as mais variadas para se fazer publicidade de produtos da indústria cultural, passível, aliás, de serem descritas.
- (B) Elas tinham consciência de ter à disposição só objetos padronizados, mas acreditavam que haveria situações que lhes favoreceriam a criatividade ou que as obrigassem a tê-la.
- (C) É inevitável, em qualquer contexto, as conjecturas sobre aquilo que poderá ser feito, mas, nesse caso, a dificuldade está em se definirem quais os pontos mais relevantes.
- (D) Atualmente, seja quais forem os produtos culturais à disposição, o que se vende é um consenso geral e acrítico, impostos pela publicidade maciça.
- (E) Aquela específica forma cultural de que falávamos, associada a qualquer outra da mesma região, revelam que se pode esperar muito de grupos a que até agora não foi dado atenção.

8. A frase totalmente de acordo com a norma padrão da língua escrita é:

- (A) Repuseram a questão de forma a exigir uma análise profunda de seus vários ítems, mas, quando se chegou à tocar no processo de produção cinematográfico, a excitação foi grande.
- (B) Muitos maus-entendidos teriam sido evitados, se alguns tivessem pesquisado melhor a questão e houvessem reconhecido que o projeto contém pontos excelentes.
- (C) Ele requereu que o setor central na indústria da cultura, o cinema, revisse suas práticas, e chegou a pôr sob suspeição métodos que têm suscitado críticas de especialistas.
- (D) Nem todos quizeram se manifestar, mas os que o fizeram assinalaram o excesso de passivo e a dificuldade de superar a crise, se não sobrevirem boas oportunidades.
- (E) Se os agentes da cultura não se comporem para evitar os riscos de menosprezo da cultura expon-tânea, por ceticismo em relação àquilo que ela cria, muito se perderá definitivamente.

9. Cada frase abaixo foi reescrita com a substituição do termo grifado por um pronome. Considerando a adequada substituição do pronome e sua devida colocação na frase, de acordo com a norma da gramática prescritiva, há INADEQUAÇÃO em:

- (A) Eu julgava aqueles produtores realizados por terem vencido o festival.  
Eu lhes julgava realizados por terem vencido o festival.
- (B) Amava-a, a Mariana, à mulher dos seus filhos.  
Amava-a, a ela, à mulher dos seus filhos.
- (C) Na última cena, a avó tocou as faces da menina com carinho.  
Na última cena, a avó tocou-lhe as faces com carinho.
- (D) Pensou em questionar; mas questionamentos, quem admite questionamentos?  
Pensou em questionar, mas questionamentos, quem os admite?
- (E) Os pais abaixam-se, seguram a filha pelos membros e erguem-na até eles.  
Os pais abaixam-se, seguram a filha pelos membros e erguem-na até si.

10. A frase totalmente de acordo com as normas da gramática prescritiva, no que se refere à regência, é:

- (A) Na sua genuína acepção, a cultura nunca se limitou a reproduzir os desejos dos homens, mas sempre ergueu a sua voz contra as duras condições em que se desenrola a vida.
- (B) Desde o momento que as formas culturais constituíram em ganha-pão dos seus criadores, o mercado começou a agir para ficar propício com elas.
- (C) Eles estão hesitantes por como apresentar o projeto, pois pensaram, inicialmente, em fazer painel explicativo à maneira como funciona a engrenagem.
- (D) Nem bem chegou o rapaz, ela divisou-lhe, e, aproximando-se a ele rapidamente, entregou as pastas de cujo conteúdo ele já estava a par.
- (E) A harmonia do homem e a natureza é algo que todos dependem, embora muitos revelem má vontade para com as coisas naturais simplesmente porque não as conhecem bem.

Instruções: Para responder às questões de números 11 a 15 considere o texto abaixo.

1 *De modo geral, o século XVIII assistiu à passagem do sistema do mecenato, pelo qual o artista era financiado por um produtor opulento – secular ou eclesiástico – ao sistema de produção para o mercado. Sem dúvida, essa*  
5 *passagem foi gradual e o mecenato não se extinguiu de todo. Giambattista Tiepolo passou a vida a serviço de protetores, como o príncipe-bispo da Francônia e o rei da Espanha. Händel foi protegido pelos reis de Hanover.*

*Mas pouco a pouco surgiu um novo personagem – o*  
10 *artista que vivia do seu trabalho e era remunerado por sua própria clientela. O livro podia ser vendido, e bem vendido. Dryden recebeu em 1697 a soma de 1 400 libras por sua tradução de Virgílio. Pope enriqueceu com suas próprias obras e com a tradução da **Ilíada** e da **Odisséia**. Lessage*  
15 *ganhou a vida com seus romances e seu teatro. Surgiu o autor profissional. “Ser autor”, diz o **Almanach des auteurs**, de 1755, “é hoje uma profissão, como ser militar, eclesiástico ou financista.”*

*Essa independência é assegurada pelo favor do*  
20 *público, às vezes tão caprichoso como os antigos mecenas, mas outorgando aos autores um grau de liberdade que seria impensável no passado.*

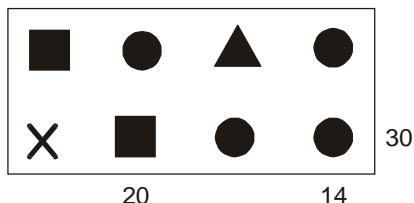
*A independência não se limitava às letras. Um pintor como Reynolds enriqueceu com seus retratos, pelos quais*  
25 *cobrava preços astronômicos. A liberdade proporcionada pelo sucesso comercial não impedia os artistas de trabalharem para os grandes, mas permitia estabelecer com eles uma relação de altivez e até de arrogância. Contratado pela corte da Rússia para executar uma estátua*  
30 *de Pedro, o Grande, o escultor Falconet recusou os vários projetos que lhe haviam sido submetidos a título de sugestão e teve o gesto magnífico de não aceitar a remuneração de 400 mil libras que lhe foi proposta: soberbo de desdém, exigiu receber exatamente a metade da quantia.*

(Adaptado de ROUANET, Sérgio Paulo. Ilustração e modernidade. In: **Mal-estar na modernidade (ensaios)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 138)

<p>11. A alternativa que apresenta o resumo mais adequado do texto é:</p> <p>(A) De certa forma, o século XVIII viu nascer nova profissão, a do artista, oriunda do abandono pelos mecenas e da produção para o mercado; o autor, por exemplo, se tivesse traduzido ou produzido obras importantes (caso de Dryden ou Pope), podia ser independente, chegando até a ser prepotente com os poderosos quando queriam um trabalho seu.</p> <p>(B) De certa forma, o século XVIII conheceu o processo de passagem da atividade artística de um pólo a outro: do mecenato ao mercado; sem dúvida, lentamente, mas viu-se o aparecimento do novo personagem, o artista que vendia sua produção, e que podia ser mais livre; mesmo muito rigoroso, o público podia pagar bem, até enriquecendo o artista (caso de Reynolds) e tornando-o mais arrogante com os poderosos.</p> <p>(C) De modo geral, no século XVIII ocorreu a passagem lenta e permanente de sistemas de produção artística, sem que o mecenato se extinguisse (artistas como Händel continuaram a ser protegidos); quando surgiu a profissão de autor – como militar, por exemplo –, o público, mesmo exigente, deu-lhe liberdade, e o sucesso o fez ser arrogante até com os poderosos, de quem cobravam preços astronômicos.</p> <p>(D) De modo geral, no século XVIII se deu, de maneira progressiva, o abandono do sistema de mecenato pelo de produção para o mercado, dando origem à profissão de autor; o sucesso de vendas permitia liberdade antes desconhecida, que propiciava ao artista não só poder trabalhar inclusive com os poderosos, mas também assumir, na relação com eles, até atitudes arrogantes.</p> <p>(E) De uma forma abrangente, pode-se dizer que o século XVIII foi o que permitiu que o produtor secular ou eclesiástico deixasse ao artista a liberdade de produzir para o mercado; muitos enriqueceram, como Dryden e Pope, outros continuaram a ser protegidos; autores e pintores eram livres para cobrar o que quisessem, e muitos, pelo sucesso, passaram a ser arrogantes até com os poderosos.</p>	<p>13. <i>Contratado pela corte da Rússia para executar uma estátua de Pedro, o Grande, o escultor Falconet recusou os vários projetos que lhe haviam sido submetidos a título de sugestão e teve o gesto magnífico de não aceitar a remuneração de 400 mil libras que lhe foi proposta: soberbo de desdém, exigiu receber exatamente a metade da quantia.</i></p> <p>Com relação ao fragmento acima transcrito, é correto afirmar:</p> <p>(A) a <i>título de sugestão</i> equivale a “porque ele pedira sugestão”.</p> <p>(B) de natureza predominantemente narrativa, o excerto é objetivo, não apresentando marca alguma de subjetividade do autor.</p> <p>(C) os dois pontos anunciam um esclarecimento acerca de algo anteriormente enunciado.</p> <p>(D) <i>Contratado pela corte da Rússia</i> expressa, no contexto, noção de causa.</p> <p>(E) <i>havia sido submetidos</i> indica ação ocorrida simultaneamente à ação citada anteriormente, realizada pelo escultor – <i>recusou</i>.</p> <p>14. É correto afirmar que, no texto,</p> <p>(A) (linha 11) <i>bem</i>, em <i>O livro podia ser vendido, e bem vendido</i>, intensifica o ganho auferido com a venda.</p> <p>(B) (linha 2) <i>pelo qual</i>, em <i>pelo qual o artista era financiado por um produtor opulento</i>, pode ser substituído por “porque”, sem que sejam afetados o sentido original e a norma padrão.</p> <p>(C) (linhas 19 e 20) a frase <i>Essa independência é assegurada pelo favor do público</i> manteria o sentido original, se fosse transposta para a voz ativa assim: O favor do público tinha assegurado essa independência.</p> <p>(D) (linhas 24 e 25) o segmento grifado, em <i>Reynolds enriqueceu com seus retratos, pelos quais cobrava preços astronômicos</i>, pode ser substituído, sem que seja afetada a norma padrão, por: cujos os preços eram astronômicos.</p> <p>(E) (linha 28) <i>até</i>, em <i>permitia estabelecer com eles uma relação de altivez e até de arrogância</i>, indica que, numa escalada ascendente, <i>arrogância</i> ocupa o menor grau.</p>
<p>12. A frase que, no contexto, constitui um argumento de confirmação é:</p> <p>(A) <i>Essa independência é assegurada pelo favor do público...</i></p> <p>(B) “Ser autor”, diz o <b>Almanach des auteurs</b>, de 1755, “é hoje uma profissão, como ser militar, eclesiástico ou financista.”</p> <p>(C) <i>Sem dúvida, essa passagem foi gradual e o mecenato não se extinguiu de todo.</i></p> <p>(D) <i>Mas pouco a pouco surgiu um novo personagem – o artista que vivia do seu trabalho...</i></p> <p>(E) <i>A independência não se limitava às letras.</i></p>	<p>15. <i>Essa independência é assegurada pelo favor do público,</i> I <i>às vezes tão caprichoso como os antigos mecenas, mas</i> II III <i>outorgando aos autores um grau de liberdade que</i> IV <i>seria impensável no passado.</i> V</p> <p>Considerando o contexto, há equivalência entre o segmento grifado e a expressão proposta, em:</p> <p>(A) I = é obtida por vantagens oferecidas ao público.</p> <p>(B) II = ocasionalmente detalhista.</p> <p>(C) III = os ricos protetores já anciãos.</p> <p>(D) IV = facultando aos produtores de arte.</p> <p>(E) V = poderia ter sido vaticinado.</p>

16. Admita que, a cada semana, um processo seja arquivado em um fórum. Uma proposição aberta, com  $x$  sendo um número natural, equivalente à sentença interrogativa “em quantas semanas são arquivados mais de 210 processos nesse fórum?” é:
- (A)  $210x > 7$   
 (B)  $210x = 7$   
 (C)  $7 + x = 210$   
 (D)  $7x = 210$   
 (E)  $7x > 210$

17. No retângulo abaixo, cada um dos quatro símbolos diferentes representa um número natural. Os números indicados fora do retângulo representam as respectivas somas dos símbolos na linha 2 e nas colunas 2 e 4:



Conclui-se das informações que o símbolo X representa o número

- (A) 3  
 (B) 5  
 (C) 7  
 (D) 8  
 (E) 9
18. Em uma urna temos 3 bolas azuis, cada uma com  $5 \text{ cm}^3$  de volume, 3 cubos pretos, cada um com  $2 \text{ cm}^3$  de volume e 1 cubo azul de  $3 \text{ cm}^3$  de volume. Retirando-se quatro objetos da urna, sem reposição, necessariamente um deles
- (A) será azul.  
 (B) será preto.  
 (C) terá volume menor do que  $3 \text{ cm}^3$ .  
 (D) terá volume maior do que  $3 \text{ cm}^3$ .  
 (E) será uma bola.
19. Um certo número de dados de seis faces formam uma pilha única sobre uma mesa. Sabe-se que:
- os pontos de duas faces opostas de um dado sempre totalizam 7;
  - a face do dado da pilha que está em contato com a mesa é a do número 6;
  - os pontos das faces em contato de dois dados da pilha são sempre iguais.
- Sendo verdadeiras as três afirmações acima, na pilha, a face do dado da pilha mais afastada da mesa
- (A) tem 1 ponto, se o número de dados da pilha for par.  
 (B) necessariamente tem um número par de pontos.  
 (C) necessariamente tem um número de pontos ímpar.  
 (D) tem 6 pontos, se o número de dados da pilha for par.  
 (E) tem 6 pontos, se o número de dados da pilha for ímpar.

20. Sabe-se que existem pessoas desonestas e que existem corruptos. Admitindo-se verdadeira a frase “Todos os corruptos são desonestos”, é correto concluir que
- (A) existem mais corruptos do que desonestos.  
 (B) existem desonestos que são corruptos.  
 (C) quem não é corrupto é honesto.  
 (D) existem corruptos honestos.  
 (E) alguns honestos podem ser corruptos.

21. Um economista deu a seguinte declaração em uma entrevista: “Se os juros bancários são altos, então a inflação é baixa”.

Uma proposição logicamente equivalente à do economista é:

- (A) os juros bancários são baixos e a inflação é baixa.  
 (B) ou os juros bancários, ou a inflação é baixa.  
 (C) se a inflação não é baixa, então os juros bancários não são altos.  
 (D) se a inflação é alta, então os juros bancários são altos.  
 (E) se os juros bancários não são altos, então a inflação não é baixa.

22. Observe a construção de um argumento:

Premissas: Todos os cachorros têm asas.  
 Todos os animais de asas são aquáticos.  
 Existem gatos que são cachorros.

Conclusão: Existem gatos que são aquáticos.

Sobre o argumento A, as premissas P e a conclusão C, é correto dizer que

- (A) A é válido, P ou C são verdadeiros.  
 (B) A é válido se P é verdadeiro e C é falso.  
 (C) A não é válido, P é falso e C é verdadeiro.  
 (D) A não é válido, P e C são falsos.  
 (E) A é válido, P e C são falsos.

23. Em uma declaração ao tribunal, o acusado de um crime diz:

“No dia do crime, não fui a lugar nenhum. Quando ouvi a campainha e percebi que era o vendedor, eu disse a ele:

– hoje não compro nada.

Isso posto, não tenho nada a declarar sobre o crime.”

Embora a dupla negação seja utilizada com certa frequência na língua portuguesa como um reforço da negação, do ponto de vista puramente lógico, ela equivale a uma afirmação. Então, do ponto de vista lógico, o acusado afirmou, em relação ao dia do crime, que

- (A) foi a algum lugar, não comprou coisa alguma do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.  
 (B) foi a algum lugar, comprou alguma coisa do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.  
 (C) não foi a lugar algum, não comprou coisa alguma do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.  
 (D) não foi a lugar algum, comprou alguma coisa do vendedor e tem coisas a declarar sobre o crime.  
 (E) foi a algum lugar, comprou alguma coisa do vendedor e tem coisas a declarar sobre o crime.

24. A correta negação da proposição “todos os cargos deste concurso são de analista judiciário” é:

- (A) nenhum dos cargos deste concurso não é de analista judiciário.
- (B) os cargos deste concurso são ou de analista, ou no judiciário.
- (C) alguns cargos deste concurso são de analista judiciário.
- (D) existem cargos deste concurso que não são de analista judiciário.
- (E) existem cargos deste concurso que são de analista judiciário.

25. Admitindo que certo Tribunal tem 1 800 processos para serem lidos e que cada processo não possui mais do que 200 páginas, é correto afirmar que

- (A) existem pelo menos 9 processos com o mesmo número de páginas.
- (B) mais de 100 000 páginas serão lidas na realização do serviço.
- (C) não existem 2 processos com o mesmo número de páginas.
- (D) não existe processo com exatamente 9 páginas.
- (E) cada processo tem, em média, 9 páginas.

26. A fim de elaborar um documento no Microsoft Word 97, o profissional necessita dividir cada página em três colunas de texto. Para realizar esta operação, uma das possibilidades é a escolha da opção *Colunas...*, pertencente ao menu

- (A) Editar.
- (B) Formatar.
- (C) Exibir.
- (D) Inserir.
- (E) Arquivo.

27. Utilizando-se do sistema operacional Windows 2000, um analista necessita criar uma nova pasta que contenha arquivos. Isto pode ser feito através do Windows Explorer mediante a escolha do menu:

- (A) “Editar”, opção “Opções de Pasta”, item “Nova Pasta”.
- (B) “Ferramentas”, opção “Novo”, item “Pasta”.
- (C) “Exibir”, opção “Adicionar”, item “Nova Pasta”.
- (D) “Arquivo”, opção “Novo”, item “Pasta”.
- (E) “Favoritos”, opção “Nova”, item “Pasta”.

28. No Windows Explorer (do Windows 2000), uma forma alternativa de copiar um arquivo de uma pasta e colá-lo em outra, após selecioná-lo, é utilizar as seguintes teclas combinadas:

- (A) ctrl+c para copiá-lo e ctrl+v para colá-lo.
- (B) esc+x para copiá-lo e alt+v para colá-lo.
- (C) alt+x para copiá-lo e ctrl+y para colá-lo.
- (D) ctrl+x para copiá-lo e alt+v para colá-lo.
- (E) shift+v para copiá-lo e alt+c para colá-lo.

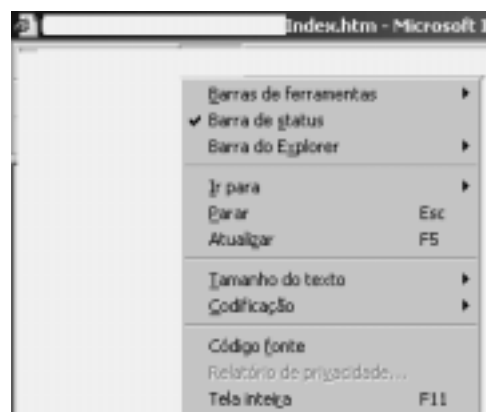
29. Em uma correspondência eletrônica (*e-mail*) um profissional lê, no texto, diversas referências. Algumas seguem o padrão geral da internet e outras não. Três dessas referências lidas são:

- I. `lftp\qualquer\com.br`
- II. `http://www.qualquer.com`
- III. `qualquer@prov.com.br`

Ao interpretar tais referências, o profissional deve entendê-las como:

- (A) I um endereço de *site* da internet e II e III fora do padrão internet.
- (B) I e III fora do padrão internet e II um endereço de *e-mail*.
- (C) I e II fora do padrão internet e III um endereço de *site* da internet.
- (D) I um endereço de *e-mail*, II um endereço de *site* da internet e III fora do padrão internet.
- (E) I fora do padrão internet, II um endereço de *site* da internet e III um endereço de *e-mail*.

30. Analise:



A figura acima apresenta opções do Internet Explorer, pertencentes ao menu

- (A) Ferramentas.
- (B) Favoritos.
- (C) Exibir.
- (D) Editar.
- (E) Arquivo.

<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO</b></p> <p>31. Os atos processuais são públicos. No entanto, reclamação trabalhista ajuizada por portador de vírus HIV poderá correr em segredo de justiça porque</p> <p>(A) há necessidade de celeridade e economia processuais.</p> <p>(B) há determinação das autoridades da área de higiene e segurança do trabalho.</p> <p>(C) se trata de doença grave, em estágio terminal.</p> <p>(D) há interesse social em resguardar o doente.</p> <p>(E) o reclamante goza de tratamento diferenciado.</p>	<p>35. Os bens penhorados e levados à praça poderão ser adjudicados pelo</p> <p>(A) juízo.</p> <p>(B) licitante que oferecer o maior lance.</p> <p>(C) arrematante ou seu fiador.</p> <p>(D) devedor.</p> <p>(E) exequente.</p>
<p>32. Proferida a sentença que julgou procedente em parte a reclamação trabalhista, o reclamante verificou que um dos itens do pedido não havia sido examinado. Deverá interpor para sanar a omissão:</p> <p>(A) Agravo de Petição.</p> <p>(B) Agravo de Instrumento.</p> <p>(C) Recurso Ordinário.</p> <p>(D) Embargos à Execução.</p> <p>(E) Embargos de Declaração.</p>	<p>36. Tendo recebido a citação para comparecer à audiência de instrução e julgamento de reclamação trabalhista três dias antes da data de sua realização, uma empresa não teve tempo hábil para preparar a defesa. Nessa hipótese,</p> <p>(A) a audiência deverá ser redesignada, sob pena de nulidade.</p> <p>(B) a reclamação trabalhista será arquivada.</p> <p>(C) a reclamada será considerada revel.</p> <p>(D) a reclamada sofrerá pena de confissão.</p> <p>(E) os fatos alegados pelo reclamante serão tidos como verdadeiros.</p>
<p>33. Pretendendo reclamar débitos oriundos da relação de trabalho, um empregado de autarquia federal deverá fazê-lo perante a</p> <p>(A) Justiça do Trabalho ou na Justiça Federal, a seu critério, por se tratar de hipótese de competência relativa.</p> <p>(B) Justiça Federal, por se tratar de ente da Administração Direta da União.</p> <p>(C) Justiça do Trabalho, por se tratar de ente da Administração Indireta da União, consoante previsão expressa do artigo 114 da Constituição Federal.</p> <p>(D) Justiça Federal, tendo em vista que a Constituição de 1988 instituiu o regime único estatutário para todos os servidores.</p> <p>(E) Justiça Comum, tendo em vista que a Constituição de 1988 não admite a celebração de contrato de trabalho com a Administração Pública.</p>	<p>37. Em sentença de natureza declaratória, que apenas reconhece a existência do vínculo de emprego, a execução dos créditos previdenciários será promovida</p> <p>(A) pela reclamada.</p> <p>(B) pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.</p> <p>(C) pelo INSS.</p> <p>(D) pelo próprio juiz da causa.</p> <p>(E) pelo reclamante.</p>
<p>34. O juiz tem ampla liberdade na condução do processo, sendo-lhe defeso, porém,</p> <p>(A) indeferir diligências protelatórias.</p> <p>(B) cercear a defesa da reclamada, indeferindo a junta da contestação.</p> <p>(C) enviar ofícios às autoridades competentes.</p> <p>(D) reinquirir as partes e testemunhas.</p> <p>(E) converter o julgamento em diligência.</p>	<p>38. Um empregado ajuizou reclamação trabalhista em março de 2003, postulando, entre outros pedidos, férias vencidas relativas ao ano de 1997. Contestando o pedido, a empresa arguiu a prescrição. Na teoria do ônus da prova, trata-se de fato</p> <p>(A) extintivo do direito do autor.</p> <p>(B) modificativo do direito do autor.</p> <p>(C) notório.</p> <p>(D) constitutivo do direito do autor.</p> <p>(E) impeditivo do direito do autor.</p> <p>39. Empregado e empregador celebraram acordo nos autos de reclamação trabalhista, obrigando-se o empregador a pagar R\$ 20.000,00 em 05 parcelas mensais de R\$ 4.000,00 cada uma, ficando fixadas as datas de vencimento de cada parcela. Ficou pactuada, também, multa de 100%, em caso de inadimplemento. Paga a primeira parcela, o devedor não efetuou o pagamento da segunda parcela. Nessa hipótese, a execução</p> <p>(A) poderá ser iniciada apenas depois de vencida a última parcela.</p> <p>(B) poderá ser suspensa pelo depósito do valor da prestação vencida, acrescido da multa, retomando-se o parcelamento das prestações futuras.</p> <p>(C) se fará pelo valor da parcela vencida e das vincendas, acrescido da multa.</p> <p>(D) se fará sobre o valor da segunda parcela, apenas, acrescido da multa respectiva.</p> <p>(E) se fará sobre o valor das parcelas vencidas até a data da expedição do mandato.</p>



40. O mandado de citação deve incluir
- (A) os índices que foram aplicados para o cálculo da correção monetária.
  - (B) o valor dos honorários advocatícios.
  - (C) o valor devido ao imposto de renda.
  - (D) as contribuições devidas ao INSS.
  - (E) a especificação de cada uma das parcelas que constitui o principal.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. Numa ação ordinária, realizada a prova pericial, foi designada audiência de instrução e julgamento. O autor não arrolou testemunhas, mas requereu esclarecimentos do perito judicial em audiência. O réu arrolou três testemunhas e pediu o depoimento pessoal do autor. Na audiência, as provas requeridas pelas partes serão colhidas na seguinte ordem:

- (A) esclarecimentos do perito, testemunhas arroladas pelo réu e depoimento pessoal do autor.
- (B) esclarecimentos do perito, depoimento pessoal do autor e testemunhas arroladas pelo réu.
- (C) testemunhas arroladas pelo réu, depoimento pessoal do autor e esclarecimentos do perito.
- (D) depoimento pessoal do autor, testemunhas arroladas pelo réu e esclarecimentos do perito.
- (E) depoimento pessoal do autor, esclarecimentos do perito e testemunhas arroladas pelo réu.

42. Numa ação ordinária foram colhidos em audiência os depoimentos de três testemunhas arroladas pelo autor e três testemunhas arroladas pelo réu. Em seguida, foi declarada encerrada a instrução. Durante o prazo para apresentação de memoriais, o Juiz que presidiu a audiência foi promovido. Nesse caso, o seu sucessor

- (A) só poderá julgar a lide se o juiz que concluiu a audiência tiver sido promovido para Comarca distante.
- (B) só poderá julgar a lide quando se tratar de processo sem complexidade e a solução não depender de prova colhida em audiência.
- (C) proferirá sentença, mas, se entender necessário, poderá mandar repetir as provas já produzidas.
- (D) não poderá julgar a lide, pois o Juiz que concluiu a audiência está vinculado.
- (E) poderá julgar ou não a lide, dependendo da vontade das partes que serão ouvidas a respeito.

43. Com relação às partes, é correto afirmar que

- (A) a pessoa jurídica estrangeira será representada, ativa e passivamente, em juízo, pelo Ministério Público.
- (B) o juiz deverá, de ofício, extinguir o processo com julgamento de mérito, quando verificar a irregularidade da representação das partes.
- (C) o juiz deverá, de ofício, extinguir o processo sem julgamento de mérito, quando verificar a irregularidade da representação das partes.
- (D) o cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- (E) a herança jacente ou vacante será representada, ativa e passivamente, em juízo, pelo Ministério Público.

44. Mário, casado, pedreiro, ingressou com uma ação de indenização por danos morais e materiais em face de João. A ação foi julgada improcedente e Mário condenado a pagar as custas e verbas da sucumbência. Durante o prazo para interposição de recurso, Mário faleceu e o curso do processo foi suspenso. O prazo recursal, que já havia se iniciado,

- (A) terá continuidade em proveito do herdeiro ou do sucessor, pelo tempo restante para seu término, a contar da sua intimação.
- (B) não será restituído, porque o herdeiro ou sucessor é parte ilegítima para figurar no pólo ativo da ação proposta por Mário.
- (C) não será restituído, porque o falecimento de Mário é causa para a extinção do processo sem julgamento do mérito.
- (D) não será restituído, porque o falecimento de Mário é causa para a extinção do processo com julgamento do mérito.
- (E) será restituído em proveito do herdeiro ou do sucessor e começará a correr novamente depois da intimação deste.

45. Com relação ao pedido constante da petição inicial, é INCORRETO afirmar:

- (A) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, admitir-se-á a acumulação, se o autor empregar o procedimento ordinário.
- (B) É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.
- (C) Os pedidos são interpretados restritivamente, excluindo-se os juros legais, se não tiverem sido expressamente requeridos pelo autor.
- (D) É lícito formular pedido genérico nas ações universais, se não puder o autor individualizar na petição os bens demandados.
- (E) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão as prestações incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.

46. Numa execução, o oficial de justiça constatou que o devedor possui veículo passível de penhora, o qual, no entanto, é mantido fechado em garagem no interior de sua residência, com o fim de obstar a penhora. Nessa situação, o oficial de justiça deve

- (A) certificar o ocorrido e comunicar o fato ao juiz, solicitando-lhe ordem de arrombamento.
- (B) efetuar o arresto de veículo, mesmo sem entrar no local, com base nos dados disponíveis.
- (C) aguardar a concordância do devedor e tentar realizar a diligência em outras oportunidades.
- (D) arrombar a porta e cumprir o mandado, lavrando de tudo auto circunstanciado.
- (E) requisitar força policial a fim de prender o devedor, caso continue a proceder dessa forma.

<p>47. Paulo ajuizou ação em face de João, cobrando em nome próprio dívida deste para com Pedro. Nessa hipótese, ocorre</p> <p>(A) ilegitimidade de parte passiva.</p> <p>(B) inexistência do direito de ação.</p> <p>(C) impossibilidade jurídica do pedido.</p> <p>(D) ilegitimidade de parte ativa.</p> <p>(E) impropriedade do objeto.</p>	<p>50. A falsificação de cartões de ponto para obtenção do pagamento de horas extras caracteriza</p> <p>(A) ato de improbidade.</p> <p>(B) ato de indisciplina.</p> <p>(C) mau procedimento.</p> <p>(D) desídia.</p> <p>(E) incontinência de conduta.</p>
<p>48. Caio reside com a família num imóvel situado em bairro de classe média. Sabendo-se insolvente, adquiriu, de má-fé, imóvel mais valioso para a moradia familiar com o objetivo de beneficiar-se da impenhorabilidade legal do bem de família. Em tal situação, em execução ajuizada por credor,</p> <p>(A) a execução recairá sobre o imóvel menos valioso, mas será acrescida do valor locatício do bem de maior valor.</p> <p>(B) poderá o juiz transferir a impenhorabilidade para a moradia familiar anterior, liberando a mais valiosa para a execução.</p> <p>(C) a execução recairá sobre ambos os imóveis, até a metade da soma dos respectivos valores.</p> <p>(D) a execução recairá exclusivamente sobre o imóvel menos valioso, em razão da transferência da moradia da família.</p> <p>(E) a execução recairá sobre o imóvel menos valioso, mas será acrescida do valor dos bens móveis que guarneçam o de maior valor.</p>	<p>51. Celebrada conciliação perante a Comissão de Conciliação Prévia constituída no âmbito do sindicato da categoria e não sendo cumprido o acordo pela empresa, deverá o empregado</p> <p>(A) ajuizar ação anulatória do termo de conciliação para, posteriormente, ajuizar reclamação trabalhista.</p> <p>(B) ajuizar reclamação trabalhista, tendo em vista que o acordo não foi homologado por órgão do Poder Judiciário.</p> <p>(C) apresentar recurso administrativo perante a Comissão de Conciliação Prévia, com assistência do Sindicato.</p> <p>(D) dar início à execução, por meio de ação monitória, tendo em vista a existência de prova escrita, substanciada no termo de conciliação.</p> <p>(E) dar início à execução, na forma prevista no artigo 876 da CLT, tendo em vista a existência de título executivo extrajudicial.</p>
<p style="text-align: center;"><b>DIREITO DO TRABALHO</b></p> <p>49. Um empregado que cumpre o horário das 10h00 às 16h00, sem intervalo, registrando o ponto habitualmente cerca de 5 minutos antes do início da jornada,</p> <p>(A) não excede a jornada, mas faz jus ao pagamento do intervalo não concedido com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da hora normal.</p> <p>(B) excede a jornada em 5 minutos, pela variação no registro do ponto, fazendo jus ao pagamento desse lapso com o adicional de horas extras.</p> <p>(C) excede a jornada em 20 minutos diários, pela não concessão do intervalo e pela variação no registro do ponto, fazendo jus ao pagamento desse lapso com o adicional de horas extras.</p> <p>(D) excede a jornada em uma hora, período correspondente à previsão legal do intervalo para todo trabalho contínuo, cuja duração exceda a 4 horas.</p> <p>(E) não excede a jornada, porque as variações de horário na marcação do ponto somente são consideradas se forem superiores a 15 minutos.</p>	<p>52. Durante o período aquisitivo do direito a férias, um empregado faltou 11 dias ao serviço, sendo 3 deles para realização comprovada de exame vestibular e 2 dias em virtude do falecimento de seu irmão. Terá direito a férias de</p> <p>(A) 19 dias.</p> <p>(B) 21 dias.</p> <p>(C) 24 dias.</p> <p>(D) 27 dias.</p> <p>(E) 30 dias.</p> <p>53. Há relação de emprego entre</p> <p>(A) a noiva e a costureira.</p> <p>(B) a igreja e o religioso.</p> <p>(C) o titular de cartório não oficializado e os serventuários.</p> <p>(D) a instituição de beneficência e os voluntários.</p> <p>(E) o dono da obra e o pedreiro.</p> <p>54. Ao adotar uma criança, o homem</p> <p>(A) faz jus à licença paternidade de cinco dias.</p> <p>(B) faz jus à licença paternidade de uma semana.</p> <p>(C) não faz jus à licença paternidade.</p> <p>(D) faz jus à licença paternidade de um dia, sem o pagamento do salário respectivo.</p> <p>(E) faz jus à licença paternidade de três dias, sem prejuízo do salário.</p>

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

55. O motorista da Assembléia Legislativa da cidade de Montes Verdes, conduzindo veículo oficial a serviço, por não atender a placa sinalizadora de “pare” colocada antes do cruzamento da via secundária pela qual transitava, colidiu com um automóvel de propriedade de Carlos da Silva. Em decorrência dos danos de grande monta causados nesse veículo, o servidor, nos termos da Lei 8.112/90,

- (A) somente responderá perante a Fazenda Pública se ficar comprovado o dolo do motorista na ação promovida por Carlos da Silva contra a Fazenda Pública.
- (B) será isento de responsabilidade, posto que a Fazenda Pública sempre deverá arcar com os danos causados por seus agentes.
- (C) poderá responder perante a Fazenda Pública ou Carlos da Silva, a critério deste último e desde que fique caracterizada a culpa do servidor.
- (D) somente responderá diretamente perante Carlos da Silva, haja vista que o evento decorreu de culpa do motorista.
- (E) responderá perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

56. Exercendo as funções inerentes ao cargo em comissão de Diretor de Departamento perante a Administração Direta da União, Reinaldo Júnior também participa como membro do Conselho de Administração de uma empresa com personalidade jurídica de direito privado, constituída por capital público e privado, no qual exerce as correspondentes atribuições. No caso em tela:

- I. Estará configurada a acumulação remunerada de cargos públicos, independentemente da compatibilidade de horários, uma vez que a empresa pública em questão integra a administração direta da União.
- II. Não estará configurada a acumulação remunerada de cargos públicos, eis que a lei que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da União admite o recebimento de remuneração por participação nesse Conselho.
- III. Como o Conselho de Administração constitui órgão pertencente a uma sociedade de economia mista, a acumulação remunerada de cargos públicos estará caracterizada, posto que essa pessoa jurídica de direito privado integra a Administração Direta da União.
- IV. Tendo a referida empresa a natureza jurídica de empresa pública, a acumulação remunerada de cargos públicos restará descaracterizada, mesmo que se verifique a incompatibilidade de horários.

Dentre estas proposições, APENAS está correto o que consta em

- (A) II e IV.
- (B) III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) I e III.

57. Após constatar a morosidade no serviço de atendimento ao público em diversos órgãos do executivo municipal, o Prefeito da cidade de Campo Largo informatizou referidos órgãos e contratou a empresa *DataSoftware Municipal Ltda*, por meio de regular processo licitatório, para ensinar aos servidores noções de informática. Em virtude da iniciativa acima descrita, restou patente a melhoria no atendimento aos munícipes. O princípio da Administração Pública observado no caso em tela denomina-se:

- (A) publicidade.
- (B) tipicidade.
- (C) eficiência.
- (D) motivação.
- (E) imperatividade.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

58. Victor é empregado da empresa “Nuvens Ltda.”, não tendo dia certo para o gozo de sua folga semanal, sendo que o empregador costuma reter intencionalmente o salário daquele, destinando-o para despesas particulares. Nesse caso, o empregador deverá observar que o repouso semanal remunerado deve ser gozado

- (A) em qualquer dia, a critério do empregador, e a retenção salarial dolosa caracteriza ilícito de natureza civil.
- (B) preferencialmente aos domingos e a retenção dolosa do salário constitui crime.
- (C) no dia estabelecido pela convenção ou acordo coletivo de trabalho e qualquer retenção salarial é apenas mera irregularidade.
- (D) obrigatoriamente aos domingos ou feriados e a retenção culposa do salário caracteriza crime.
- (E) obrigatoriamente no dia certo e determinado, previsto no contrato de trabalho, e a retenção salarial dolosa é ilícito trabalhista.

59. Carlos, analista judiciário do Tribunal Regional do Trabalho, foi processado por crime de peculato e condenado à pena de 3 (três) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, por sentença criminal transitada em julgado. Nesse caso, Carlos, quanto aos direitos políticos, sofrerá

- (A) cassação, não podendo mais readquirir seus direitos, e ficará impedido de votar e ser votado.
- (B) suspensão, que perdurará até o cumprimento de metade da pena, após o que readquire o direito de votar, mas não o de ser votado.
- (C) perda, podendo readquirir seus direitos somente após três anos do cumprimento integral da pena.
- (D) cassação, mas poderá readquirir seus direitos após cinco anos do cumprimento da condenação.
- (E) suspensão, que persistirá enquanto durarem os efeitos da condenação.

60. Os direitos fundamentais estão sujeitos a certas restrições, dentre outras, as que seguem:

- I. O direito de associação exige que ela ocorra para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- II. O sigilo de correspondência e das comunicações exige que a restrição seja prevista em lei e estabeleça as condições ou fins que devem ser perseguidos pela norma legal restritiva.

Essas restrições são denominadas, respectivamente,

- (A) legais qualificadas; e diretas ou mediatas.
- (B) imanescentes ou explícitas; e indiretas ou mediatas.
- (C) diretas ou imediatas; e legais qualificadas.
- (D) imanescentes ou implícitas; e legais simples.
- (E) indiretas e mediatas; e legais simples.

## REDAÇÃO

Atenção: A redação sobre a proposta abaixo deverá ter a extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30 linhas.

A restrição ao uso de armas no Brasil, objetivando desarmar a população civil, provocou polêmica entre defensores e opositores da medida.

*Assuma uma posição a respeito do problema.*

**Desenvolva suas idéias num texto dissertativo, utilizando argumentos pertinentes.**

RASSUNTO